



Governo do Estado de São Paulo
 Controladoria Geral do Estado
 Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

Despacho

Assunto: DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI 388/2022

Número de referência: CGE-PRC-2022/00325- PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria da Educação

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Solicita acesso aos dados estatísticos dos últimos 24 meses com o total numérico de ocorrências registradas no Sistema Integrado de Registros Escolares – PLACON * (Plataforma CONVIVA SP), antigo Sistema de Registro de Ocorrência Escolar (ROE), organizados pelos totais de ocorrências para cada escola do sistema estadual de educação, com os subtotais de cada tipo e natureza destes registros, organizados para cada ano e mês (se possível) dentro do período solicitado.. Atendimento extemporâneo. Perda de objeto.

DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI Nº 388/2022

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria da Educação , conforme consta do protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta o órgão encaminhou ao solicitante uma planilha contendo as informações que dispunha no momento e enfatiza que "*Ressaltamos que as ocorrências criminais (de acordo com a legislação penal vigente) são de competência de outro órgão, no caso a Secretaria de Segurança Pública*".
3. A ausência de resposta recursal motivou o presente apelo cabível à esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
4. Instada a se manifestar a Pasta encaminhou as informações solicitadas. Cientificado, cidadão não mais se manifestou, sendo razoável concluir pelo atendimento da demanda, nos termos da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI).
5. Considerando que a Pasta atendeu a demanda, ainda que de forma extemporânea, **julgo prejudicado o recurso, por perda superveniente de objeto**, com fundamento no artigo 11 da referida Lei Federal nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com redação dada pelo Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015, alterado pelo aludido Decreto 66.850 de 15 de junho de 2022.
6. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

Classif. documental

006.03.02.001

Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

São Paulo, 16 de dezembro de 2022.

Antonio Carlos Santa Izabel
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

CGEDES202205642A